

QUINE E OS DOGMAS DO EMPIRISMO

A polêmica com o empirismo permeia todo o conjunto das reflexões quineanas sobre a linguagem e a ciência. Em particular, as teses sobre as quais repousa o edifício da epistemologia de Quine aparecem, no nível explícito do discurso destinado a arrazoá-las, como o desfecho de uma trama onde o empirismo tradicional é enredado em seus próprios pressupostos. Por si só, esse fato seria uma razão suficiente para que uma investigação da natureza própria da epistemologia de Quine não perdesse de vista o projeto empirista tradicional. Pretendo, nesse artigo, examinar algumas razões mais fortes.

I

Tornou-se uma tese quase trivial, nos meios empiristas, entender a distinção entre filosofia e ciência em termos de uma oposição entre questões de linguagem e questões de fato. A ciência debruça-se sobre o real e o explica, elaborando um discurso complexo que se regula pelo ideal de verdade: trata-se de exprimir "o que realmente ocorre". A epistemologia *tematiza* a linguagem enquanto instrumento que a ciência *utiliza*, explicitando a teia de relações que ela mantém com o material trabalhado: trata-se de exprimir a maneira como é expresso o que realmente ocorre. Teríamos aqui duas espécies de enunciados: uns aceitos ou rejeitados em virtude da ocorrência ou não de fatos no mundo, outros em virtude das condições e critérios que regem o processo de expressão linguística enquanto tal (1).

Essa oposição determina, mais precisamente, a distinção entre ciências naturais e epistemologia. A mesma oposição serve para distinguir as ciências naturais da matemática e da lógica. Aquelas conteriam enunciados associados a condições fatuais de verdade, estas enunciados verdadeiros em virtude das relações entre os elementos linguísticos componentes e independentemente de fatos particulares.

(1) Essas observações, embora aplicáveis a vários autores herdeiros do Círculo de Viena, dirigem-se mais diretamente a Carnap. Sendo nosso objetivo acompanhar a construção da epistemologia quineana enquanto trabalho de análise crítica do empirismo, esse privilégio justifica-se pelo privilégio concedido a Carnap pelo próprio Quine, ao fazer dele um representante exemplar das concepções criticadas.

As duas distinções caracterizam essencialmente a direção tomada pela epistemologia empirista. Fundadas numa concepção particular das relações entre linguagem e mundo, orientam as tentativas de explicitá-las. A crítica quineana propõe-se a evidenciar o fracasso dessas tentativas e a localizar as causas do fracasso na debilidade dos pressupostos que as sustentam. Cabe, acredita Quine, aprender as lições desse fracasso, remover os pressupostos e definir, de modo realista, um novo estatuto para a epistemologia.

II

O projeto epistemológico empirista aparece basicamente, para Quine, como um projeto de fundamentação das ciências. Ele bifurca-se em duas direções: uma *conceitual*, preocupada com a análise dos significados dos enunciados científicos, outra *doutrinal*, preocupada com o assentamento da verdade desses enunciados. Ambas conduzem a um trabalho *reduutivo*: trata-se de reduzir conceitos, definindo-os uns em termos de outros, e de reduzir leis, provando-as umas na base de outras. Conceitos mais obscuros mostrar-se-iam redutíveis a conceitos mais claros, leis menos óbvias deriváveis de leis passíveis de certeza máxima. Idealmente, o sucesso desse plano traria a possibilidade de apresentar a ciência como um discurso composto exclusivamente por termos claros e afirmações logicamente legitimáveis a partir de verdades imediatamente evidentes. Na medida em que é razoável supor que a evidência de uma lei depende da clareza dos termos em que se exprime, o trabalho conceitual surge como condição de realização do trabalho doutrinal (2).

Em matemática, a parte conceitual assume a forma de redução à lógica: tradução da matemática em termos de uma linguagem cujo vocabulário contenha apenas expressões lógicas, de modo que toda sentença matemática seja sistematicamente traduzível por uma sentença formulada em notação lógica. Na medida em que as leis lógicas são óbvias, ou ao menos deriváveis de modo óbvio a partir de verdades óbvias (3), a questão da legitimação das verdades matemáticas ficaria reduzida à questão mais clara da legitimação das leis lógicas.

Os trabalhos de Frege e Russel aparentemente constituíram-se na realização desse projeto. De fato, porém, essa realização deve ser admitida com ressalvas, pois implica em admitir a teoria dos conjuntos como parte da lógica. Isto porque as linguagens propostas para a tradução da matemática contêm necessariamente expressões conjunto-teoréticas. A dificuldade de admiti-lo torna-se mais premente se

(2) Sobre essa maneira de apresentar o projeto empirista, cf. *Epistemology Naturalized*, in *Ontological Relativity and other essays*, pp.69-90.

(3) cf. *Epistemology Naturalized*, p. 70.

examinamos a questão do ponto de vista do interesse doutrinal. Um dos fatores que contribuíram para a inserção da teoria dos conjuntos na lógica foi certamente a “naturalidade” de suas noções básicas e a “evidência” do princípio irrestrito de abstração, que se acreditava bastar como único axioma independente da lógica elementar. A descoberta da inconsistência desse princípio, bem como a natureza artificial das modificações necessárias para preservar a consistência da teoria, ameaçaram tanto a clareza de tais noções quanto a certeza imputável às leis da teoria e, conseqüentemente, sua natureza lógica. A redução da matemática à teoria dos conjuntos e à lógica deixou de ser nitidamente uma redução do menos claro ao mais claro, do menos evidente ao mais evidente: “Como um fundamento para a matemática, portanto, a teoria dos conjuntos é muito menos firme do que aquilo que sobre ela está fundado; pois o senso comum em teoria dos conjuntos é desacreditado pelos paradoxos” (4).

Mesmo deixando de lado o problema da inclusão da teoria dos conjuntos na lógica, o objetivo doutrinal perseguido mostra-se inatingível, pois “sabemos, a partir do trabalho de Gödel, que nenhum sistema axiomático consistente pode abranger a matemática, mesmo quando renunciamos à auto-evidência. A redução nos fundamentos da matemática permanece matemática e filosoficamente fascinante, mas não realiza o que o epistemólogo gostaria: não revela a base do conhecimento matemático, não mostra como a certeza matemática é possível” (5).

III

O projeto empirista de fundamentação em ciências naturais pode ser formulado de maneira análoga: “Assim como a matemática deve ser reduzida à lógica, ou à lógica e à teoria dos conjuntos, o conhecimento natural deve ser baseado de algum modo na experiência sensível. Isto significa explicar a noção de corpo em termos sensoriais; eis o lado conceitual. E significa justificar nosso conhecimento das verdades da natureza em termos sensoriais; eis o lado doutrinal da bifurcação” (6). Também aqui o sucesso doutrinal suporia o conceitual: enunciados tratando de impressões sensíveis seriam supostamente mais claros e, se verdadeiros, mais evidentes que enunciados sobre entidades construídas, como corpos. A redução indicaria a evidência de que disporia cada enunciado das ciências naturais, permitindo sua fundamentação sobre verdades *imediatamente* verificáveis.

(4) *Foundations of Mathematics*, in *The Ways of Paradox and other essays*, p.33.

(5) *Epistemology Naturalized*, p.70.

(6) *idem*, p.71.

Configura-se assim o que Quine chamou de *reducionismo radical* (7). Em sua forma mais elaborada, que incorpora a manobra da definição contextual e toma o enunciado como unidade de significação, “impõe-se a tarefa de especificar uma linguagem de dados sensíveis e mostrar como traduzir nela o resto do discurso significante, enunciado por enunciado” (8). Foi Carnap, na *Aufbau*, quem mais se aproximou da realização do projeto. A primeira restrição possível a essa realização é análoga a uma que se fez no caso da matemática. Carnap não traduz enunciados das ciências naturais em termos de uma linguagem pura de dados sensíveis, mas admite na linguagem para a qual os traduz expressões da lógica em sentido amplo, incluindo a teoria dos conjuntos. Em termos ontológicos, isso implica em um compromisso com toda a infinidade de conjuntos que é inseparável dessa teoria. Ora, “há filósofos que prefeririam decidir-se sem mais rodeios em favor dos corpos a aceitar todos esses conjuntos . . .” (9). Também aqui fica comprometido o caráter de *clarificação* pretendido pelo trabalho de redução.

Apesar do paralelismo, a matemática mostra uma vantagem, do ponto de vista conceitual. Admitindo-se a teoria dos conjuntos como parte da lógica, é possível traduzir a matemática em termos de uma linguagem lógica. De fato, o próprio Quine indica várias maneiras de fazê-lo (10). Por outro lado, mesmo admitindo-se a linguagem proposta na *Aufbau* como epistemologicamente inobjetável, Carnap não chega nem sequer a esboçar um método satisfatório para traduzir nela a ciência natural. Ele pretende reduzir grande parte dos enunciados mais ordinários sobre o mundo físico a atribuições de qualidades sensíveis a pontos-istantes, entendidos como quadruplas de números reais. Tais atribuições seriam reguladas por cânones arquitetados “de modo a obter-se o mundo mais preguiçoso compatível com nossa experiência” (11). Entretanto, embora tais cânones sejam suficientes para governar a associação de valores de verdade a enunciados do tipo de “a qualidade q está no ponto instante $x; y; w; z$ ”, eles não bastam para permitir a eliminação do conectivo “está em”, que permanece indefinido. Ora, absolutamente não se vê como esse conectivo poderia fundar sua pretensão a um lugar no vocabulário primitivo de uma linguagem de dados sensíveis (12).

(7) cf. *Two Dogmas of Empiricism*, in *From a Logical Point of View*, p. 39.

(8) idem, ib.

(9) *Epistemology Naturalized*, p. 76.

(10) Em suas obras sobre a teoria dos conjuntos e, sucintamente, em *New Foundations for Mathematical Logic*, in *From a Logical Point of View*, pp. 80-101.

(11) *Two Dogmas of Empiricism*, p. 40.

(12) cf. idem, ib.; cf. também *Epistemology Naturalized*, pp. 76-77.

O que resta então do projeto conceitual? A necessidade de fazer intervir a teoria dos conjuntos acarretara uma limitação ainda tolerável. Poder-se-ia ainda insistir na inclusão dessa teoria na lógica e defender a necessidade do uso de expressões lógicas em qualquer linguagem, sem maiores problemas. A segunda restrição é, porém, um verdadeiro fracasso: fracasso na tentativa de discernir o significado empírico de enunciados da ciência natural.

A gravidade dessa consequência atinge também a parte doutrinal. Ela pretendia apontar, para cada enunciado, um conjunto de enunciados verificáveis sobre a experiência imediata a partir dos quais ele pudesse ser logicamente inferido. Impõe-se também aqui uma restrição tolerável, que deriva da constatação fácil de que leis gerais não comportam, em princípio, inferência lógica a partir de enunciados verificáveis (13). Entretanto, isso não levaria necessariamente ao abandono do projeto. Admitindo-se que qualquer que seja a evidência que a ciência comporte, será sempre evidência sensorial, poder-se-ia esperar que a redução da ciência à experiência imediata (e teoria dos conjuntos) “extraísse e esclarecesse a evidência sensorial da ciência, mesmo se os passos inferenciais entre a evidência sensorial e a doutrina científica devessem falhar do ponto de vista da certeza” (14). O fracasso do projeto conceitual, porém, impõe ao doutrinal uma situação intolerável: a impossibilidade de distinguir o que conta como evidência para cada enunciado, mesmo como evidência insuficiente.

IV

O projeto reducionista tinha por objetivo o discernimento do significado empírico de enunciados das ciências naturais, isto é, o discernimento de uma classe de eventos sensoriais cuja ocorrência verificaria um enunciado em questão e de uma classe de eventos cuja ocorrência o falsificaria (15). Vimos como fracassa a tentativa carnapiana de levar a cabo esse projeto. O próprio Carnap abandona o reducionismo radical, contentando-se em fazer corresponder aos enunciados da ciência não *traduções* em linguagem fenomenalista, isto é, sentenças *equivalentes*, mas conjuntos de sentenças *implicadas* e conjuntos de sentenças *implicantes*. Tais correspondências não permitem eliminar da linguagem científica expressões que não dizem respeito à experiência imediata ou à lógica, exigência que caracterizava essencialmente o plano inicial. Estamos diante da incapacidade de solucionar um problema? Ou da inexistência de problema para resolver? Quine toma a segunda direção. Refletindo sobre o abandono do ideal de tradução em linguagem fenomenalista, conclui: “Ao perder a espe-

(13) cf. *Epistemology Naturalized*, p.74.

(14) idem, ib.

(15) cf. *Two Dogmas of Empiricism*, p.40.

rança em uma tal tradução, portanto, o empirista está concedendo que os significados empíricos de enunciados típicos sobre o mundo exterior são inacessíveis e inefáveis. Como deve ser explicada esta inacessibilidade? Simplesmente pelo motivo de que as implicações experienciais de um enunciado típico sobre corpos são demasiadamente complexas para admitirem axiomatização finita, por mais ampla que seja? Não; tenho uma explicação diferente. Ocorre que um enunciado típico sobre corpos não possui nenhum fundo de implicações experienciais que possa reclamar como próprio” (16).

O problema que o empirismo não foi capaz de solucionar não é, de fato, um problema real. Apenas pôde aparecer como tal em virtude de um pressuposto falso: o de que a cada enunciado estão associadas uma classe de eventos sensoriais cuja ocorrência o verificaria e uma classe de eventos sensoriais cuja ocorrência o falsificaria. Em outros termos, o empirismo não foi capaz de indicar como identificar o significado empírico de cada enunciado, pelo simples fato de não haver o significado empírico de cada enunciado. Esse falso pressuposto sobrevive ainda sob outras formas, por exemplo, “na suposição de que cada enunciado, tomado isolado de seus camaradas, pode admitir de algum modo confirmação ou invalidação” (17).

Essa suposição está implícita na distinção, acima mencionada, entre ciências naturais, de um lado, matemática e lógica de outro: na distinção entre enunciados sintéticos e analíticos. Seriam sintéticos aqueles cujas classes de eventos sensoriais associadas não fossem vazias, analíticos aqueles cuja classe de eventos verificantes abrangesse qualquer evento. Do mesmo modo que fracassaram as tentativas de indicar as classes de eventos supostamente associadas aos enunciados ditos sintéticos, fracassaram também as de fornecer critérios para delimitar precisamente o conjunto de enunciados ditos analíticos de uma linguagem dada (18). Assim como a possibilidade de efetivação do projeto reducionista, também a possibilidade de distinguir os enunciados em sintéticos e analíticos permanece um pressuposto infundado, “um dogma não empírico dos empiristas, um artigo metafísico de fé” (19).

Tais dogmas correspondem a uma concepção particular — e falsa, na perspectiva quineana — das relações vigentes entre linguagem e mundo. Essa concepção pretende valer-se de um argumento aparentemente correto. Do ponto de vista do conhecimento, a relação fundamental entre uma teoria e seu domínio objetivo exprime-se no pre-

(16) *Epistemology Naturalized*, p.79.

(17) *Two Dogmas of Empiricism*, p.41.

(18) Sobre esse fracasso, cf. *Two Dogmas of Empiricism*, pp.20-37.

(19) *Two Dogmas of Empiricism*, p.37.

dicado “verdadeiro”. A verdade de uma teoria depende obviamente tanto da linguagem quanto de fatos extra-linguísticos, tanto da maneira como usamos as palavras quanto do que ocorre no mundo. Isso leva a supor que a verdade de cada enunciado da teoria se resolve em um componente linguístico e outro fatural. Para um empirista, esse último deve, em última análise, reduzir-se a uma classe de experiências confirmatórias. Podemos conceber ainda a existência de enunciados onde o componente linguístico baste para estabelecer sua verdade, onde o componente fatural seja nulo. Enunciados dessa espécie serão chamados de analíticos.

Quine localiza o erro desta argumentação na passagem do reconhecimento de que a verdade de uma *teoria* depende da linguagem e do mundo à afirmação de que a verdade de um *enunciado* pode ser analisada em um componente linguístico e outro fatural *isoláveis*: “Tomada coletivamente, a ciência possui sua dupla dependência em relação à linguagem e à experiência; mas essa dualidade não pode ser traçada de modo significativo nos enunciados da ciência tomados um a um” (20). Ciência e mundo defrontam-se como blocos indivisíveis e a idéia de que ao recorte de uma teoria em enunciados corresponde um recorte análogo do mundo em fatos não pode pretender senão o estatuto de dogma. Quine mantém a tese de que o significado relevante para a ciência é o significado empírico. Contra o empirismo tradicional, mantém a tese da indivisibilidade do significado empírico de uma teoria. Contra o empirismo dogmático, advoga um empirismo sem dogmas.

V

O empirismo tradicional repousa sobre pressupostos que não se mostra capaz de fundar. O empirismo sem dogmas repousa sobre a tese da indivisibilidade do significado empírico de uma teoria. Cabe a Quine fundá-la mediante uma análise da linguagem que revele a verdadeira natureza das relações que ela mantém com o real.

“A linguagem é uma arte social. Ao adquirí-la, temos que depender inteiramente de pistas intersubjetivamente disponíveis quanto ao que dizer e quando. Portanto, não se justifica o confronto de significados linguísticos senão em termos das disposições dos homens a responder abertamente a estimulações socialmente observáveis” (21). A linguagem resume-se em um conjunto de disposições a comportamentos verbais, moldadas nos indivíduos por um processo de treinamento social. Toda a investigação sobre o conteúdo semântico da linguagem resolve-se, em última instância, numa investigação de com-

(20) *Two Dogmas of Empiricism*, p.41; sobre a argumentação e sua crítica, cf. *Two Dogmas of Empiricism*, pp.36-37, 41-42.

(21) *World and Object*, p.IX.

portamentos verbais associados a situações estimuladoras apropriadas. O processo de aprendizagem da linguagem consiste no estabelecimento dessas associações entre expressões e condições de sua proferição, por meio de mecanismos psicológicos, como o do condicionamento operante; a título de resultado final, a linguagem nada mais é que o conjunto de padrões comportamentais produzidos. A análise semântica determina-se, em Quine, como algo que visa fundamentalmente explicitar certos traços dos usos linguísticos em termos de conexões entre comportamentos manifestos e as variáveis que os regulam (22).

Essa demarcação dos limites da análise da linguagem opera na demarcação do âmbito da epistemologia: “Ela (a epistemologia) estuda um fenômeno natural, o sujeito humano físico. A esse sujeito humano concede-se um certo *input* experimentalmente controlado — certos padrões de irradiação em frequência arranjadas, por exemplo — e, na plenitude dos tempos, o sujeito fornece como *output* uma descrição do mundo exterior tridimensional e sua história. A relação entre o magro *input* e o *output* torrencial é uma relação que somos induzidos a estudar em algum sentido pelas mesmas razões que sempre induziram à epistemologia; a saber, a fim de verificar como a evidência se relaciona com a teoria e de que maneiras a teoria da natureza de alguém transcende toda evidência disponível” (23).

O tipo mais básico de determinação do uso de expressões linguísticas consiste na associação direta a sentenças de classes de estimulações não verbais apropriadas a induzir sua emissão. Entretanto, se esse fosse o único tipo relevante de determinação, a linguagem permitiria pouco mais que o mero relato de experiências atuais. A complexidade da sistematização da experiência, presente, passada e futura, de que a linguagem nos provê não seria possível sem recurso a padrões de associação de outra ordem, correspondendo a uma radicalização no movimento de conceitualização. “Não podemos permanecer com uma conceitualização corrida da corrente imaculada da experiência; precisamos é macular a corrente. Requer-se a associação de sentenças não apenas com a estimulação não verbal, mas com outras sentenças, se devemos explorar as conceitualizações acabadas e não apenas repetí-las” (24). A utilidade da linguagem, ao menos em função de conhecimento, está na possibilidade que oferece de sistematização da multiplicidade de estimulações que nos assolam. Essa sistematização — conceitualização — progride desde a ordem mais básica da operação direta com estimulações não verbais até ordens superiores, onde tais estimulações intervêm apenas indiretamente e a

(22) cf. *Ontological Relativity*, in *Ontological Relativity and other essays*, pp.26-29; também *World and Object*, capítulo 1.

(23) *Epistemology Naturalized*, pp.82-83.

(24) *World and Object*, p.10.

conceitualização opera sobre resultados de operações anteriores. Uma teoria científica nada mais é que o resultado final desse complexo de relações de associação e tudo o que se pode dizer de seu significado empírico deve poder ser justificado em termos do processo de construção do complexo. A teoria é, de fato, “um tecido de sentenças associadas de maneira variada, umas às outras e a estímulos não verbais, pelo mecanismo da resposta condicionada” (25).

Consideremos uma sentença S de uma teoria, atada a estimulações não verbais não diretamente, mas por meio de sentenças S_1, \dots, S_n , de modo que estimulações não verbais serão apropriadas ou não à asserção de S sob o pressuposto da assertabilidade de S_1, \dots, S_n . Suponhamos a ocorrência de estimulações apropriadas à rejeição de S , também sob a suposição da assertabilidade de S_1, \dots, S_n . Abrem-se duas possibilidades: ou mantemos S_1, \dots, S_n e rejeitamos S , ou mantemos S e rejeitamos algumas das sentenças S_1, \dots, S_n . Nesse sentido, não se pode dizer que uma estimulação qualquer esteja atada a S como componente de *seu* significado empírico. No caso de sentenças reguladas por associações intersentenciais, torna-se impossível atribuir-lhes significado empírico uma a uma isoladamente. Essa impossibilidade torna-se mais evidente quanto maior a complexidade do sistema das associações (26).

A idéia de que as sentenças de uma teoria respondem individualmente no tribunal da experiência resulta de uma generalização indevida a partir de certa espécie particular de sentenças: aquelas associadas diretamente a estimulações não verbais. Trata-se de sentenças condicionadas ostensivamente a situações publicamente partilháveis, de modo que todos tenderão a assertá-las de maneira uniforme sob as mesmas estimulações. A tais sentenças — sentenças de observação — pode-se em algum sentido atribuir significado empírico isoladamente, mas ainda de modo relativo (27). No entanto, se ainda faz sentido falar do significado empírico de uma sentença de observação, é seguramente ilusório generalizar essa propriedade para sentenças cujas condições de asserção e rejeição se determinam em termos de associações entre sentenças. Uma teoria tomada em bloco possui implicações empíricas, mas elas não se repartem pelos enunciados individualmente. Em suma, a própria natureza do processo de conceitualização, de que a ciência é a realização mais perfeita, funda a tese quineana da indivisibilidade do significado empírico de uma teoria.

(25) idem, p.11.

(26) cf. *Philosophy of Logic*, p.5-7; também *Two Dogmas*, p.42-44.

(27) cf. *Two Dogmas*, p.43.

VI

A análise do processo efetivo de construção de teorias leva ao reconhecimento da impossibilidade de determinação do valor de verdade de todos os enunciados verdadeiros sobre o mundo na base da evidência empírica disponível. Isso equivale a reconhecer a indeterminação de nossa teoria sobre o mundo por considerações exclusivamente empíricas. Como estabelecê-la então? Na medida em que formos razoáveis, por considerações de simplicidade (28). Dadas várias teorias igualmente aceitáveis do ponto de vista da evidência empírica, a adoção de uma delas como verdadeira passa a depender de critérios pragmáticos, dizendo respeito tanto à maneira como cada uma delas sistematiza os dados disponíveis, quanto aos próprios dados. Fica comprometida, portanto, a tentativa de estabelecer os limites que separam epistemologia e ciência na base de uma distinção entre questões de linguagem e questões de fato. Por um lado, considerações sobre a linguagem são essenciais no momento de decisão entre teorias incompatíveis e empiricamente aceitáveis. “A teoria da relatividade de Einstein foi aceita em consequência não apenas de reflexões sobre o tempo, a luz, corpos impetuosos e as perturbações de Mercúrio, mas também de reflexões sobre a própria teoria enquanto discurso e sua simplicidade em comparação com teorias alternativas” (29). Por outro lado, se é função da epistemologia explicitar as etapas do processo de construção da ciência, revelar o que nesse processo opera apenas tacitamente, expor e resolver problemas por ele colocados, ocupa-se com questões de fato em dois sentidos: como investigação empírica de um fenômeno natural — a ciência como processo natural no mundo — e como investigação que recorre a conceitos e critérios científico nuclear, a sistematização dos dados da experiência. Em outros termos, nenhuma questão é puramente linguística, nenhuma puramente fatural. Essa própria distinção é herdeira dos dogmas do empirismo tradicional, da idéia de que seria possível traçar claramente a linha que separa enunciados dotados de conteúdo não verbal de enunciados desprovidos de tal conteúdo (30).

Também a distinção entre enunciados sintéticos e analíticos é herdeira desses dogmas. A maior imunidade das leis lógicas e matemáticas a revisões empíricas aparece como consequência não mais da falta de relevância empírica, e sim da conveniência de sua manutenção em termos da simplicidade de nosso sistema científico global (31). O

(28) cf. *World and Object*, pp.19-21.

(29) idem, p.272.

(30) cf. *On Carnap's Views on Ontology*, in *The Ways of Paradox and other essays*, p.134; também *World and Object*, p.271.

(31) cf. *Two Dogmas of Empiricism*, pp. 43-44.

fracasso do projeto de fundamentação em matemática torna-se assim menos grave. Se excluirmos a evidência empírica como *absolutamente* irrelevante para a matemática, é natural que procuremos fundá-la em outro terreno (32). Se, pelo contrário, admitimos a homogeneidade de critérios em matemática e ciências naturais, não é preciso encontrar para aquela títulos de legitimidade de espécie diferente dos que valem para estas; e eles resumem-se na capacidade de colaborar na edificação de teorias capazes de sistematizar e predizer experiências, qualquer que seja o modo como o façam. E não se vê, do ponto de vista quineano, como seria possível estabelecer de outra maneira o valor de conhecimento da própria epistemologia.

A atribuição do caráter de ciência empírica à epistemologia pode, de início, parecer paradoxal: como pode uma investigação que toma como objeto a ciência enquanto tal depender de uma parte dessa mesma ciência? A objeção alimenta-se, porém, do velho e ilusório ideal de fundamentação. Eles são, na verdade, interdependentes. A crença na viabilidade do ideal justifica a recusa em recorrer à ciência no trabalho epistemológico. Tal recusa, por sua vez, impede que se alcance a compreensão nítida do processo de conhecimento, permitindo a crença no ideal ilusório de uma fundamentação *absoluta* de toda conceitualização. A análise empírica do processo de conceitualização permite perceber que cabe à epistemologia *descrevê-lo* mais do que *fundamentá-lo*". Buscamos o entendimento da ciência como uma instituição ou processo no mundo e não pretendemos que esse entendimento seja nada melhor que a ciência que é seu objeto" (33). O empirismo tradicional aparece, para Quine, como a tentativa surpreendente de fundar o privilégio científico da experiência de modo dogmático, não empírico. Ao empirismo sem dogmas cabe fundá-lo empiricamente, naturalizar a epistemologia.

Um empirismo sem dogmas, entretanto, é ainda um empirismo. Por um lado, a construção da epistemologia quineana faz-se em oposição à epistemologia empirista tradicional, podendo-se dificilmente discernir nessa construção os momentos crítico e positivo. Por outro lado, essa própria característica da epistemologia quineana reforça seus laços com o empirismo. Consentindo em adotar a problemática empirista como ponto de partida, Quine instala-se no campo teórico onde tal problemática ganha sentido. A reestruturação radical da visão empirista tradicional, que se exprime no princípio da indivisibilidade do significado empírico das teorias e na máxima da naturalização da epistemologia, não pretende anular os efeitos dessa instalação inicial, mas vimos que se constitui antes em uma tentativa de interpretação consequente e aprofundamento dos pressupostos mais básicos das concep-

(32) cf. *Philosophy of Logic*, p.99.

(33) *Epistemology Naturalized*, p.84.

ções criticadas. Quine não hesita em admitir que “seguramente não se tem outra escolha senão ser empirista, na medida em que está em questão a teoria do significado linguístico” (34), nem tampouco que “enquanto empirista, continuo a conceber o esquema conceitual da ciência como um instrumento para, em última instância, predizer a experiência futura à luz da experiência passada” (35). Que a noção de significado empírico contém um núcleo que não pode ser ignorado em qualquer investigação semântica radical, é uma tese quase trivial. Que ela contenha tudo aquilo que esteja envolvido em questões de significatividade de expressões linguísticas, é uma tese particularmente empirista. Que o esquema conceitual da ciência seja, em alguma instância, um instrumento de sistematização de experiências, é uma tese quase trivial. Que ele o seja em última instância, é uma tese particularmente empirista. Vimos em que medida essas duas teses fundam a substituição da postura empirista tradicional por aquela do empirismo sem dogmas. Seriam elas os dois dogmas do empirismo sem dogmas?

LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS

REFERÊNCIAS

Quine

- *Word and Object*, M. I. T. Press, Cambridge, 1970.
- *The Ways of Paradox and other essays*, Random House, New York, 1966.
- *From a Logical Point of View*, Harper & Row, New York, 1963.
- *Philosophy of Logic*, Prentice-Hall, New Jersey, 1970.
- *Ontological Relativity and other essays*, Columbia U. P., New York, 1969.

(34) *Epistemology Naturalized*, p.81.

(35) *Two Dogmas of Empiricism*, p.44.